

Documentação
 30/7/96 p. A-3
 06

O carro adiante dos bois?

Washington Novaes*



Anunciam os jornais que o governo federal está definindo um elenco de projetos prioritários para os dois últimos anos desta administração e que entre essas obras se incluem a segunda casa de máquinas da usina hidrelétrica de Tucuruí e a transposição das águas do rio São Francisco para irrigar parte do Semi-Árido nordestino (Folha de S. Paulo, 22/7/96). Anunciam também que nos próximos dias será lançado o Plano Decenal de Energia Elétrica, que "prevê investimentos de R\$ 6 bilhões anuais para garantir a produção de energia elétrica e evitar riscos de racionamento a partir de 1997" (O Globo, 19/7/96).

A serem precisas as informações, parece indispensável que a administração federal esclareça muito mais a sociedade sobre essas iniciativas, já que são muitos os pontos ainda obscuros em cada um desses temas. E, como é sempre a sociedade que paga a conta, cabe-lhe, minimamente, o direito de saber o que está custeando — é um princípio básico da democracia.

Pode-se começar pela própria previsão de déficit na geração de energia elétrica e ameaça de racionamento, tema já comentado neste espaço. Há pelo menos dez anos o cidadão brasileiro ouve essa profecia, que nunca se concretiza. Nem lhe são apresentados estudos minuciosos para justificar a previsão. A posteriori, nos raros questionamentos sobre a não-concretização do déficit, ouve-se a resposta

de que a economia não cresceu tanto quanto previsto, que choveu bastante e que, por isso, o déficit foi adiado — mas continua inevitável. Quando a economia cresce, como no ano passado, silêncio. Terá chovido acima da média? Fica sempre a impressão de que se tenta colocar o carro adiante dos bois, criar primeiro o fato consumido, o "risco de déficit", que ninguém aceita; depois, arranja-se alguma demanda, ainda que subsidiada. Só que "risco de déficit" é um termo técnico preciso, que, no entanto, confunde o cidadão, porque nunca lhe é explicado suficientemente.

A primeira pergunta que uma lógica simples sugeriria, neste momento de tantas dificuldades com recursos — tanto que o orçamento corta na carne da saúde, da educação, da habitação, do transporte, de tudo —, seria esta: mas não seria melhor pensar primeiro em racionalizar o consumo de energia, promover programas de conservação, como recomendam os organismos internacionais que costumam financiar obras do porte das hidrelétricas? Não é verdade, como dizem vários estudos, que metade da energia que geramos é desperdiçada? Os organismos internacionais não têm dito que pode custar até sete vezes menos conservar um quilowatt de energia que gerar um quilowatt "novo"? Mesmo que se admita que no Brasil seja difícil conservar tanto, imediato, os estudos mais cautelosos não dizem que a conservação aqui pode sair pela me-

de que a economia não cresceu tanto quanto previsto, que choveu bastante e que, por isso, o déficit foi adiado — mas continua inevitável. Quando a economia cresce, como no ano passado, silêncio. Terá chovido acima da média? Fica sempre a impressão de que se tenta colocar o carro adiante dos bois, criar primeiro o fato consumido, o "risco de déficit", que ninguém aceita; depois, arranja-se alguma demanda, ainda que subsidiada. Só que "risco de déficit" é um termo técnico preciso, que, no entanto, confunde o cidadão, porque nunca lhe é explicado suficientemente.

tade do custo da geração nova? Em termos ambientais, essa conservação não seria muito mais adequada, por evitar a inundação de áreas importantes do ponto de vista da biodiversidade amazônica do cerrado?

Depois, valerá a pena colocar algumas interrogações em relação à segunda casa de máquinas de Tucuruí. A barragem dessa usina tem água suficiente para as dimensões projetadas (mais 11 máquinas, de modo a dobrar a capacidade instalada)? Como essa segunda etapa caberia à iniciativa privada, quem teria prioridade para a água disponível — as turbinas privadas, a serem implantadas, ou as turbinas públicas, que já existem? Quem regulará o possível conflito? E quem pagará o eventual prejuízo?

Não é só. Há quem diga que não haveria mercado para a geração nova. Afinal, os grandes consumidores — as produtoras de alumínio para exportação — é que absorvem metade da atual geração de Tucuruí e são plantas já concluídas, que, por contrato, compram energia a preços subsidiados, vinculados ao preço internacional do alumínio — não queriam trocar esse regime pelo de tarifas a preços reais.

Talvez se argumente que a demanda será provida com a interligação dos sistemas Norte (ao qual pertence Tucuruí) e Sul (que abastece o Sul-Sudeste). E que a água necessária pa-

ra a segunda etapa não será problema, com a regularização do fluxo do rio Tocantins.

Pode-se começar pelo último ponto. Regular o fluxo não exigiria a implantação de pelo menos mais três hidrelétricas a montante, uma na própria bacia do Tocantins e duas no Araguaia? A primeira é a usina de Serra da Mesa, já em implantação (1.160 MW), com a

maior represa do mundo (maior que a de Tucuruí, que tem 2.300 km²) e o maior volume moito de água também no mundo (a parte da água que não gera energia, por estar abaixo da cota mínima). As usinas do Araguaia não seriam Santa Isabel e Barra do Peixe? E Santa Isabel, além de um investimento muito alto, não implica problemas ambientais graves, como a inundação de parte da ilha do Bananal e de outras áreas importantes para o ecoturismo, que é uma das melhores possibilidades do Centro-Oeste? Barra do Peixe também não é complicada por esse ângulo ambiental? Essas complicações não dificultam ou impedem a própria obtenção de financiamento internacional — sem falar nas oposições internas?

A interligação dos sistemas Norte-Sul passa pelas mesmas questões financeiras e ambientais. No último caso, inclusive com a entrada em cena das polêmicas hidrelétricas do Xingu, como Kararaô e Babaquara (esta, complicadíssima, dada a imensa

inundação que exigiria), que já mereceram estudos críticos até em livro de antropólogos conhecidos.

São, todas elas, questões que exigem do poder público muitos esclarecimentos. Tal como a transposição das águas do rio São Francisco, projeto que, desde quando anunciado, levantou numerosos questionamentos, até hoje não esclarecidos suficientemente. Principalmente porque não se conhece nem o projeto técnico, nem o estudo de impacto ambiental.

Também aqui as perguntas são muitas. A começar pela própria dimensão do projeto e seus custos. Serão 70 metros cúbicos por segundo, ao custo de R\$ 500 milhões? Serão 150 metros cúbicos, com custos da ordem de R\$ 1,5 bilhão? Ou será o projeto muito mais ambicioso da Codelvasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), que falava em investimentos de até R\$ 14 bilhões? E de onde sairão os recursos? Ainda no começo deste ano (Gazeta Mercantil, 6/2/96), uma comissão do Senado advertiu que "nenhuma obra deve ser executada antes que os estudos sobre o assunto sejam aprofundados". Segundo o relator da comissão, senador Waldeck Ornelas, "o governo não tem sequer idéia clara sobre a real disponibilidade de água do São Francisco". E mais: "Como estava, o projeto de transposição era irresponsável e, o que é pior, estava sendo discutido como salvação para o Nordeste".

Sobre o projeto do rio São Francisco, o governo não tem idéia da disponibilidade real de transposição de água do rio

centenas de milhares de hectares no Semi-Árido sem necessidade de transpor água do São Francisco. Diante de todas essas questões, o mínimo a esperar é uma exposição minuciosa desses projetos. Para que o cidadão não chegue, ao fim e ao cabo, à idéia de que não o respeitam, não respeitam seu sacrifício para pagar impostos, não respeitam seu direito à informação clara e competente. Não ache, enfim, que continua tudo como dantes no quartel de Abrantes. E agora, com o carro seguindo à frente dos bois. Para onde?

Não é só isso. Os estudos feitos pelo próprio governo federal, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em 1985, já levantavam algumas questões delicadas. Entre elas, a do prejuízo para a geração de energia elétrica a jusante do ponto de transposição, estimado na época em US\$ 1 bilhão no horizonte previsível (e que informações mais recentes dizem ser muito mais alto). Outro ângulo é o fundiário: já há 15 anos, quando era menor a tendência à concentração da propriedade rural, menos de 10% dos proprietários controlavam 70% da área a ser irrigada. Nada menos de 80,4% das propriedades foram classificadas como minifúndios. Ou seja, pelas duas pontas e por vários ângulos, tratava-se de projetos de irrigação complicados. Sem falar em que outros estudos apontavam a possibilidade de irrigar algumas

centenas de milhares de hectares no Semi-Árido sem necessidade de transpor água do São Francisco.

Diante de todas essas questões, o mínimo a esperar é uma exposição minuciosa desses projetos. Para que o cidadão não chegue, ao fim e ao cabo, à idéia de que não o respeitam, não respeitam seu sacrifício para pagar impostos, não respeitam seu direito à informação clara e competente. Não ache, enfim, que continua tudo como dantes no quartel de Abrantes. E agora, com o carro seguindo à frente dos bois. Para onde?